



A ÉTICA TEOLOGAL COMO ATO PRIMEIRO DA FÉ CRISTÃ

Willians Soares Silva^p

RESUMO

O discurso visado neste trabalho fundamenta-se no acontecendo da Ética no fato cristão. A Ética Teológica em questão articula-se, portanto, na configuração com Cristo a partir do “rostro” do próximo. Esta reflexão expressa a primazia do evento da revelação em Cristo na vida ético-cristã frente uma Ética Teológica abstrata, descontextualizada e de um método de aplicação de verdades.

Palavras-chave: Ética teologal. Evento-Cristo. Acontecimento. Seguimento. Práxis.

INTRODUÇÃO

O ser humano possui possibilidades de perceber horizontes distantes. Mas a sua condição de conhecimento sempre será situada, ainda que a reflexão seja abstrata. Com a fé não é diferente. A perspectiva aqui abordada é a latino-americana, em consonância com o princípio de que todo discurso se situa em um “lugar”.

Não aparece como evidente, porém, que um pensamento se elabore a partir da realidade histórica, de um determinado contexto. Com base nesse pressuposto, pergunta-se o porquê da descontextualização no âmbito da teologia moral católica. Para tanto, servir-se-á do método fenomenológico, para, no distinto da fé cristã, perceber os rumos da tradução da fé.

Será avaliada a aproximação e o distanciamento da necessária relação entre os fatos moral e cristão, nada mais que um balanço. Devido ao risco de uma abordagem muito ampla, e por isso mesmo, superficial, serão enfocados pontos específicos: a antropologia e o método.

^p Mestre em Ética pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE-Belo Horizonte). Docente da Faculdade Católica de Uberlândia (MG) e presbítero da Diocese de Uberlândia. E-mail: willianssoares@yahoo.com.br

Com a sondagem da questão, realizar-se-á uma hermenêutica dos fatos cristão e ético na perspectiva das “fontes”. Tem-se em vista recuperar a tradição mais genuína da Revelação que é autocomunicada à humanidade. A releitura da fé objetiva uma forma de teologizar e a necessidade de optar por um método específico. Esta é a segunda questão a ser examinada.

As perguntas fundamentais a serem respondidas podem ser formuladas em três eixos, a saber: Como a reflexão ética respeitará as estruturas da Igreja, imersa nos desafios de seu tempo, sendo fiel à voz do Espírito que se diz na vida dos cristãos hoje? Como julgar todo peso da instituição pela dinâmica da graça? E, por fim, como interpretar a ética que se dá no acontecimento cristão?

Em torno destas questões, desmembram-se duas consequências. Primeira, depurar os esquemas helenizados da fé para apresentar uma antropologia, para os tempos hodiernos, mais coerente com a antropologia bíblica. Segunda, repensar o método predominante em teologias de cunho tradicionalista e no discurso oficial.

A ambivalência da presente reflexão dependerá de que lugar o leitor compreende a semântica teológica. Para alguns, talvez, o presente trabalho apareça como evidente. Assim, compartilha-se o desejo de tornar efetiva a teoria apresentada, e, ao que parece, não bem discernida na práxis eclesial. Se a outros causa estranhamento, fica o convite de aprender com o diferente. Não importa, porém, se o sonho pareça próximo ou distante, o importante é não reduzi-lo a um sonho infértil.

LEITURAS DA EXPERIÊNCIA DE FÉ A PARTIR DE UM LUGAR

A Palavra que sai da “boca de Deus” perpassa a criação e não volta a Ele sem antes produzir frutos. Ofertada como dom, a Palavra encontra recolhimento agradável no Filho. Ele vive o significado de sua filiação em obediência ao Pai. No encontro com o outro-Outro, Jesus revela a face de Deus. Vivendo a mesma sorte dos que ele quis atrair para si, eleva-os à condição de filhos (Hb 2,14-18).

A fé cristã, vista sob esta ótica, é caracterizada como acontecimento. Por isso, nos tempos hodiernos, antes de tratar do cristianismo como um conjunto de verdades reveladas, de partir de dados da fé extraídos de definições dogmáticas, faz-se necessário situá-lo na dinâmica existencial da fé dos cristãos, pois o Espírito suscita vida nova. Não se



trata de optar pela experiência e abandonar a sistematização da fé elaborada no decorrer da Tradição, mas garantir a verdade da ortodoxia pela ortopraxis.

Tal constatação exige compreensão da fé cristã como acontecido e acontecendo. Ao fiel cabe discernir o que se limita à compreensão de uma época, as características próprias de seu tempo, ainda que influenciadas pelo “passado”, e as perspectivas abertas ao futuro, vistas a partir do reinado de Deus.

Na história, há elementos que voltam continuamente a influenciar os tempos hodiernos. Serão, no entanto, advindos sob novos aspectos, pois, em certo sentido, a realidade não se repete; o Espírito faz novas todas as coisas. Outros fatores ficam esquecidos, como se morressem. O discernimento da articulação da tríade - passado-presente-futuro - a ser realizado, deve visar aos aspectos que passam por toda história e julgar os temporários por estes, a fim de perceber por que caminhos Deus se tem revelado.

A delimitação do contexto ajuda a discernir a mensagem que atravessa os tempos e o que é próprio de um período. A teologia cristã em seu fundamento próprio, a encarnação, é uma teologia contextual. O evento da encarnação marca, nesse sentido, definitivamente, sua identidade e gera a postulação originária. Deus assume a condição humana e habita entre os humanos. “A Palavra se fez carne”, proclama o prólogo do evangelho de São João (1,14).

Ao longo da história, a teologia foi perdendo sua referência histórica. Para simplificar, bastaria analisar em nossos tempos como essa perda é presente. Os católicos, atualmente, vivem uma ruptura entre a fé professada e a prática da fé. A eucaristia, expressão máxima de sua espiritualidade, bem como os demais sacramentos, tem valor na celebração ritual, mas pouco influencia no cotidiano. Os dogmas aparecem como verdades longínquas. Muitas pessoas dizem ser cristãs porque realizam alguma prática devocional, mas a referência ao seguimento de Jesus quase não aparece. Por essas e outras questões, é que a fé, pela sua própria constituição, precisa ser contextualizada, vivida na perspectiva histórica, desde um lugar.

Se os efeitos sentidos na expressão de fé dos fiéis retratam até hoje a perda da perspectiva histórica, isso não significa que não houve iniciativas de mudança. A modernidade chamou fortemente atenção para a história e para uma antropologia da subjetividade. Esta virada antropocêntrica despertou a sensibilidade de alguns teólogos, a exemplo de Rahner. A partir daí, abria-se a um novo modo de fazer teologia. Passava-se da

leitura tradicional da Revelação - de princípios internos, dos “pais” na fé ao último dos apóstolos - à lógica existencial, que lê a história pela chave hermenêutica da cristologia.

O Vaticano II representou o marco da mudança em âmbito eclesial. A expressão “sinais dos tempos”, da teologia lucana e mateana, reinterpretada por João XXIII, sinaliza a superação da oposição, até então entendida, entre história salvífica e história secular. A modernidade antes condenada alcança o reconhecimento de que, também pelos seus postulados, Deus está se autocomunicando.

É precisa a declaração da história da salvação exposta pela *Gaudium et Spes*. Nela demonstra-se que o fato humano e o fato cristão se auto-afetam.

As Alegrias e as Esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo. Não se encontra nada verdadeiramente humano que não lhes ressoe no coração. Com efeito, a sua comunidade se constitui de homens que, reunidos em Cristo, são dirigidos pelo Espírito Santo, na sua peregrinação para o Reino do Pai. Eles aceitaram a mensagem da salvação que deve ser proposta a todos. Portanto, a comunidade cristã se sente verdadeiramente solidária com o gênero humano e com sua história (GS 29).

A valorização do humano e a concepção mais otimista da história possibilitaram a inversão do método *teológico moral* ao da *ética teológica*¹. No contexto latino-americano, dá-se início a uma reflexão sobre a fé a partir da experiência situada das comunidades. É consenso que em Medellín (1968) aparece esta forma pública de pensamento, a partir da perspectiva de um continente empobrecido e de exclusão (REJÓN, 1987, p. 22).

Tradicionalmente, ofereciam-se proposições universais da fé para os cristãos aplicarem em suas vidas (VIDAL, 1993, p. 35). O plano da economia, da política e do social não entravam no questionamento da teologia. Prevalencia uma ética teológica refletida dos dados universais ou internos da fé como momento segundo do acontecimento cristão.

A reflexão da teologia moderna fez um esforço hermenêutico de perceber no fato humano, histórico, a autocomunicação de Deus. Na América Latina, o cristão engajado em uma práxis procura ler sua experiência de fé, encontrando luz crítica para seu agir. A experiência de libertação não aceita oposição entre o plano de Deus e salvação para todos. O cristão quer julgar e esclarecer o frágil processo histórico à luz da Palavra (LIBÂNIO, 2000, p. 437-439).

¹ Por ética teológica deseja-se expressar duas preferências epistemológicas. Uma, acentuar o nível das convicções em primazia ao deontológico. Segunda, tomar como ponto de partida a graça fundante para interpretar as estruturas, instituições.



A ética teologal como ato primeiro da fé cristã² entende que a “confissão de fé” é um processo existencial. As definições dogmáticas conciliares e os dados da fé são compreendidos situadamente em um momento histórico. Seus enunciados, porém, apontam para a dinâmica da fé. São balizas que continuam se expressando pela ação do Espírito na história, segundo a vontade do Pai.

Aqui se objetiva mostrar Jesus Cristo como evento, vida pascal que está passando na experiência de vida e morte. Neste ínterim, está se dando a vida cristã. O Espírito de Cristo na história está impulsionando as pessoas a mergulharem no batismo, na vida nova. Pelo batismo, os cristãos recebem a vida de Cristo. São formados à imagem e semelhança de Deus. Acolhem o Espírito da missão, na responsabilidade de tornar visíveis na sociedade a presença amorosa de Deus.

TEOLOGIA MORAL EM QUESTÃO

A fé cristã caracteriza-se pela adesão ao evento Jesus Cristo. Os discípulos tocados pelo sentido último de suas vidas assimilaram em Jesus algo profundamente humano, e, por isso, de Deus. Eles aprenderam que ele era um Messias diferente que se revelava pelo avesso das expectativas judaicas. O Verbo encarnado, revelado em seu estado *kenótico*, fez emergir a irrupção de Deus na semelhança com a imagem ofertada pelo Criador à humanidade.

A vida dos discípulos fora afetada na experiência do seguimento. A fé que brota do encontro-chamado com Jesus passa pela vida que fora tocada pelo jeito novo de ser do Mestre. Os discípulos descobriram uma Pessoa e não verdades. A ação salvífica fez suscitar a dinâmica do seguimento. As motivações que emanam do acolhimento da vida de Jesus precedem as proposições.

Ao longo da história, a Teologia Moral enfocou mais ideias, proposições, normas que o acontecimento fundante da fé. Tal mudança de perspectiva perde de vista que a formulação da Teologia Moral é fruto do evento Cristo no acontecendo da vida cristã. A “revelação constitutiva” ganha novas feições a cada tempo à luz da “revelação interpretativa”.

² Vale esclarecer que a vida cristã não esgota a fé cristã. Neste sentido, e somente neste sentido, afirma-se, com G. Gutiérrez *apud* REJÓN, F.M. **Teologia Moral a partir dos pobres**, p. 184, que “o discurso sobre a fé é um momento segundo”. Esta questão será posteriormente aprofundada.

O Vaticano II, fonte interpretativa, da revelação fundante, constitutiva, serve de grande parâmetro. Com base no Concílio, percebem-se as correntes da Teologia Moral que o antecedem e os caminhos de ressignificações. Inspirada no Vaticano II nasce a proposta em questão de uma Ética teologal. Antes, porém, de aludir ao o que aqui se propõe, situaremos os limites da Teologia Moral de cunho tradicionalista e do discurso oficial no entorno ao Vaticano II.

ANTECEDENTES DO CONCÍLIO VATICANO II

Os manuais neoescolásticos, de inspiração tridentina³, se situam entre os séculos XVIII e primeira metade do século XX. Levá-los em consideração faz-se indispensável para compreender a renovação da Teologia Moral. Sua importância desdobra-se por eles terem se difundido não só nos seminários, bem como na mentalidade dos que frequentavam as igrejas (MOSER; BERNARDINO, 1987, p. 36).

Os Manuais de Moral circunscrevem-se no objetivo que eles se propunham, a saber, de serem livros de fácil manuseio aos confessores. Compreendê-los nesta ótica ajuda a melhor situar a teologia que lhes é própria, evitando fixar-se em uma imagem estereotipada. Em linhas gerais, o que se pretende é descrever o significado de sua teologia.

Os Manuais valorizavam o universal na tentativa de encontrar traços comuns do agir dos seres humanos, mas suplantando as diferenças. Marca decisiva de suas características apoiava-se na busca de referenciais perenes para o agir, sustentados sobretudo na lei natural em meio à transitoriedade histórica. Eles davam importância ao agir em contraposição ao sujeito agente. De visão mais objetiva, debruçavam-se sobre atos em detrimento da pessoa. Além disso, se dava mais atenção ao indivíduo que às questões sociais (MOSER; BERNARDINO, 1987, p. 37).

Os pontos mais significativos da Moral dos Manuais trouxeram consequências para a teologia e a vida da Igreja. A Teologia Moral se tornava cada vez mais uma disciplina autônoma, afastando-se da teologia sistemática. Instalava-se uma crise moral: contexto propício para a emergência da Moral Renovada. Nesse sentido, cabe elucidar os limites da moral advinda dos manuais.

³ O primeiro Manual de Moral surge com o jesuíta Azor em 1600, sob o título de **Sacrae Theologiae Moralis** (cf. MOSER, A.; BERNARDINO, L. **Teologia Moral: impasses e alternativas**. Petrópolis: Vozes, 1987, v. 5, p. 35. Coleção A Libertação na história).



A reflexão teológica estagnada não mais respondia aos apelos dos novos tempos, pois estava envolta em uma auréola que lhe dava um tom de sacralidade do agir impermeável à crítica. Em uma visão negativa do ser humano e do mundo, a Moral dos Manuais levava a focar mais o pecado que a graça. A interpretação da lei enveredava para o legalismo – na equiparação quase simultânea da lei divina com as leis eclesiásticas e até civis –, por meio do casuísmo. A Moral dos Manuais, de tipo privatista, desenvolvia-se sem nexos com o social e o político (CNBB, 1992, p. 47-50).

Os Manuais neoescolásticos, influenciados pelos Penitenciais, pelo nominalismo, por toda a Baixa Escolástica e pela incapacidade de enfrentar os novos problemas com outras coordenadas, acabaram por acentuar tanto a casuística, que se confundem com ela. Manuais neoescolásticos ou casuística se tornaram quase sinônimos (CNBB, 1992, p. 49).

Por outro lado, o século XIX carrega a marca de um momento de grande efervescência social e pluralidade na produção teológica: um período de crescentes estudos bíblicos e patrísticos. Nessa linha, a Escola de Tubinga passa a ter importância singular. Os fatores principais delineiam o significado teológico do século XIX: prevalece o espírito da moral afonsiana⁴; surgem as primeiras tentativas de renovação inspiradas pelo reflorescimento de estudos bíblicos e patrísticos; redescobre-se a ética tomista e ainda percebe-se a prevalência moral casuística nos Manuais de “estilo romano” (VIDAL, 2003, p. 427).

SÉCULOS XX E XXI: DESAFIOS E RELEVÂNCIAS

No despontar dos últimos séculos, aparecem no cenário eclesial três tentativas de uma nova produção da Ética Teológica. Há setores na Igreja que ainda buscam seu norte nos Manuais neoescolásticos. Outros apostam na direção de uma renovação imediata decorrente do Vaticano II, a Moral Renovada. Um terceiro setor parte do Vaticano II, passa por Medellín e Puebla, almejando uma elaboração ético-teológica com traços mais característicos da América Latina (CNBB, 1992, p. 43).

No século XX, a preocupação volta-se, sobretudo, para a delimitação de um princípio unificador da Teologia Moral. Sem desconsiderar a lei máxima da ética cristã, a adesão à vida em Cristo, pensa-se ser lícito perguntar por um fundamento último de

⁴ Teologia Moral de inspiração nas ideias de Santo Afonso.

eticidade comum a todos os homens e por um eventual princípio que unifique a reflexão especificamente cristã (FLECHA, 1999, p. 58-60).

Nesse contexto, destacam-se alguns teólogos renomados. F. Tillmann buscou o fundamento do chamado neo-testamentário para o seguimento de Jesus. Todo o comportamento cristão não seria mais que explicitação situada da resposta ao chamado do Mestre (FLECHA, 1999). E. Mersch dedicou bons estudos à Igreja como Corpo de Cristo. Considerou o comportamento ético cristão como um processo de incorporação a Cristo (FLECHA, 1999). J. Stelzenberger se fixou na centralidade do anúncio do Reino de Deus, sobretudo nos evangelhos sinóticos. O comportamento moral dos cristãos dá-se na acolhida e construção do Reino de Deus. G. Gillemann se baseou claramente nos escritos joaninos e paulinos, e considerou o comportamento moral dos cristãos como uma realização histórica do mandamento da caridade. Destaca-se o pensamento do moralista católico B. Häring. Esse teólogo pensou a moral cristã, em sua obra, *A Lei de Cristo* (1954), a partir do paradigma da Lei de Cristo. Insistiu continuamente na normatividade da pessoa de Cristo. Bernard Häring valorizou o caráter cristocêntrico da moral, insistindo nas atitudes do cristão diante de Cristo. Ele inspira a liberdade e a fidelidade humana (FLECHA, 1999).

Esses teólogos supracitados dão o tom da renovação da Teologia Moral. Algumas tendências na Igreja continuarão a insistir na visão neoescolástica⁵. Na visada da renovação da Teologia Moral apontam-se os limites da visão neoescolástica e dos discursos nela sustentados. Estes serão vistos em duas abordagens, a antropologia idealista e o método dedutivo, que são formas temáticas de lançar um olhar panorâmico para uma área de reflexão tão extensa.

ANTROPOLOGIA IDEALISTA – UM OLHAR CRÍTICO

A cruz não é somente escândalo para os judeus e loucura para os pagãos (1Cor 1,23). Para os cristãos, a imagem destes personagens são prototípicas. O escândalo e a loucura da cruz se apresentam no rosto desfigurado de Jesus. Por meio do outro, Jesus interpela os seus a confessarem a fé no Senhor da vida. Entrar por esse caminho, em obediência ao Pai e pelo Espírito, desafia a coerência dos cristãos.

⁵ O contexto atual pede respostas que a ética tomista por si não oferece; o que não quer dizer que ela não tenha importância.



Para uma melhor compreensão do que se pretende dizer, cabe a distinção entre fé temática e confessada. Com a primeira, pretende-se frisar as proposições da fé; com a segunda, a experiência fundante. É certo que uma precisa da outra. A experiência-confissão leva à tematização. A interpretação da tematização será ortodoxa se houver coerência na proposição afirmada com a Tradição viva. Neste sentido, a perda do horizonte histórico implica em consequências sérias.

Vale observar que até mesmo a visão metafísica tradicional não negava a história. Aqui se quer chamar atenção para dois aspectos: a autocomunicação de Deus se dando nesta história, e o cristianismo, que não é objeto de estudos de arqueólogos. O fato cristão está acontecendo. Isso não nega a Revelação constitutiva, mas dá a ela seu mais profundo valor, o de ser acontecimento, expressão existencial da salvação.

Vários fatores poderiam ser citados que demonstrassem o dito anteriormente. Um só, porém, expressa a raiz de todos os outros deslocamentos da centralidade da fé. Do ponto de vista da experiência da fé, vive-se, plagiando B. Forte, “o exílio da Trindade”. O que, tematicamente, o Magistério nunca deixou de afirmar, ou seja, a fé na Trindade.

A ortopráxis, porém, acentua que o acesso ao Deus cristão se dá na adesão-seguimento-confissão de fé. Somente Jesus mostra a face verdadeira de Deus. O Evangelista João, no prólogo, assimilou e transmitiu este anúncio: “ninguém jamais viu a Deus, o Filho único, que está voltado para o seio do Pai, este o deus a conhecer” (Jo 1,18). Sem o Mestre para ensinar o caminho, a imagem de Deus e do humano ficam desfiguradas.

Os primeiros cristãos afirmavam convictamente que o que Deus não assumiu não foi salvo. A Tradição posterior confirmou que Jesus participa da história humana, recriando-a. O critério de sempre para os cristãos consiste em aderir à dinâmica existencial-salvífica. Cabe aos cristãos descobrirem, no seguimento de Jesus Cristo, o sentido último de suas existências.

O deslocamento aqui ocorre pela perda da experiência fundante da fé. Se a confissão de fé não passa pela configuração a Jesus Cristo, volta-se a atenção por valores ideais. Neste sentido, a antropologia que fundamenta a fé não nasce de “baixo”, não é acontecimento, mas pura abstração da imagem de Deus; por isso a antropologia é idealista. Esta interfaceia-se com o método dedutivo.

MÉTODO DEDUTIVO – OUTRO OLHAR CRÍTICO

O horizonte de conhecimento do humano sempre versou pelo particular e pelo universal. A polêmica entre racionalistas e empiristas consistia em dizer qual era a matriz configuradora do conhecimento. Os racionalistas afirmavam ser a razão, valorizando o universal. Os empiristas prezavam pela experiência, acentuando o valor da experiência, que realça o particular.

O impasse, ao que parece ser consenso, termina com Kant. Ele propõe a síntese entre experiência (sensibilidade) e razão (categorias do entendimento). Partindo da sensibilidade das realidades terrestres, a teologia não pode desconsiderar este marco na civilização ocidental⁶.

O método dedutivo valoriza as proposições universais da fé. Nele, confrontam-se os enunciados da fé com a Sagrada Escritura e tiram-se conclusões para as pessoas de cada tempo. O problema acontece quando ele não passa por uma hermenêutica suscitada da experiência. Seu caráter abstrato perde de vista a atualização da autocomunicação.

Sendo a ética cristã a configuração dos fiéis à vida de Jesus Cristo, instala-se aqui um problema. O que é colocado como ideal, abstrato, sempre está longe, como algo a ser buscado. Não é capaz de provocar a experiência fundante da salvação. Pela exclusividade do método dedutivo, a única ética possível é a teológica e, por isto, ato segundo da fé.

Por esta via, o significado da vida dos cristãos não está se dando como acontecimento. A vida de Jesus aparece em paralelo à vida cristã. São dois modelos a serem confrontados. No desenvolvimento da razoabilidade da fé, de um lado, as proposições julgam a ação dos fiéis, pela via do teológico: por outro, a ética aparece em um momento posterior ao fato cristão.

A ÉTICA TEOLOGAL COMO FONTE DE RE-SIGNIFICAÇÕES

A ética como ato primeiro da fé cristã versa sobre a tentativa de elaboração teologal de um método que lhe seja específico e sobre experiência cristã de ontem, hoje e sempre. Em outras palavras, acena que a vida cristã está se dando na configuração com a vida de Cristo. Mais do que princípios, normas, proposições, esta abordagem ética realça a

⁶ Dessa constatação, serão articulados os métodos dedutivo e indutivo.



experiência fundante da fé, impulsionada pelo Espírito, da qual a elaboração teologal é suscitada.

A prática eclesial, especialmente católica, apresenta-se com dificuldades quanto a esta percepção. Por isto, foi realizado o percurso até aqui exposto. Em breves palavras, a perda da referência histórica, ou seja, o encontro escandaloso de Jesus Cristo no humano com suas contradições e a tendência de transferir para o plano ideal, abstrato, o acontecimento da fé. Perdendo a Revelação seu caráter dinâmico, optou-se quase exclusivamente pelas verdades eternas e imutáveis, decorrentes de uma antropologia idealista, que preza uma teologia de método deducionista.

Em síntese, almeja-se superar dois limites. O primeiro quanto à formulação ética e o segundo, que alarga este, proclamado com o Vaticano II, que é a irrenunciável transdisciplinaridade para a teologia, a fim de acentuar seu caráter de globalidade, ou seja, compreensão do evento Cristo em sua totalidade, referindo-se à formação dos seminaristas⁷.

Disponha-se a Teologia Dogmática de tal modo que sejam propostos em primeiro lugar os próprios temas bíblicos. Levem-se então ao conhecimento dos estudantes as contribuições que os Padres da Igreja [...], considerando-se, outrossim, sua relação com a história geral da Igreja. Aprendam a reconhecê-los [os mistérios da salvação] sempre presentes e operantes nos atos litúrgicos e em toda a vida da Igreja (OT, n. 16).

Na sequência, o Decreto reflete sobre a Teologia Moral desde a necessária interpelação das “fontes”.

As outras disciplinas teológicas sejam igualmente restauradas por um contacto mais vivo com o Mistério de Cristo e a história da Salvação. Consagre-se cuidado especial ao aperfeiçoamento da Teologia Moral cuja exposição científica, mais alimentada pela doutrina da Sagrada Escritura, evidencie a sublimidade da vocação dos fiéis em Cristo e sua obrigação de produzir frutos na caridade, para a vida do mundo (OT, n. 16).

O distanciamento entre os pronunciamentos do Concílio e a prática eclesial é latente e demonstram alguns reducionismos. A título de exemplo podem ser citados: a lógica racional da reflexão ética, o legalismo e o casuísmo. “A moral apresenta-se como ciência de preceitos obrigatórios [...] como disciplina de conselhos para a vida de perfeição moral” (REJÓN, 1987, p. 191-192).

⁷ No entanto, a importância dessa afirmação possibilita dizer a todas as pessoas que se aproximam da teologia.

A reflexão da teologia moral da libertação na América Latina, diferentemente do exposto até aqui, assimilou melhor a relação dos dados da fé e sua experiência prática. Esta forma de teologizar se preza pela elaboração do discurso a partir da práxis cristã, na qual se dá a mais profunda união entre o espiritual e o ético (REJÓN, 1987).

A união do espiritual e do ético não confunde seus objetos. Se o primeiro acentua a ação gratuita do Espírito, o segundo acentua a sua realização na história secular pela práxis cristã. Enfim, são duas formas de dizer a vida cristã segundo o Espírito que comportam uma única práxis (REJÓN, 1987).

Tendo resgatado o percurso feito até aqui e acenado aos objetivos aqui prestados, agora, se passará à questão determinante, que é a ética teologal como ato primeiro da fé cristã. A saber, uma narração do elemento central, dos atos e palavras de Jesus, que indicam uma ética implícita.

O ACONTECENDO DO EVENTO CRISTO NO HUMANO

A procura pela centralidade da mensagem de Jesus pode ser vista de vários aspectos: o reinado de Deus por ele anunciado, a categoria de seguimento e a caridade. Em uma reflexão ética que busque a centralidade, nenhum desses elementos pode faltar. A riqueza destas fontes inesgotáveis sustenta toda vida cristã. Universo tão amplo implica na necessidade de opção. Desenvolver-se-á, portanto, a reflexão a partir do dito cristão na vivência da caridade, donde brota o específico da fé.

Para a consciência moral cristã, a caridade constitui a indicação ética máxima (Mc 12,28-31; Mt 22,34-40; Lc 10,25-38). Nela, a caridade, se dá a íntima relação do primeiro mandamento: “Ouve, Israel, o Senhor nosso Deus é o único Senhor; amarás o Senhor teu Deus de todo o teu coração, com toda tua alma, com todo o teu pensamento e com toda a tua força; com o segundo: Amarás o próximo com a ti mesmo” (Dt 6,4). Nisto consiste a originalidade da proposta de Jesus (JUNGES, 2001, p. 114-115).

Para além das diferenças redacionais dos textos sinóticos, procurar-se-á a unidade de conteúdo. Primeiramente é necessário dizer que a formulação dos dois preceitos era considerada em separado no judaísmo. O referente ao amor a Deus era parte do *shema* (Dt 6,5), antiga profissão de fé monoteísta, e a outra parte, o preceito do amor ao próximo (VIDAL, 1993, p. 19).



A contribuição peculiar de Jesus consiste em três pontos. Primeiro, a união interna dos dois preceitos em um único mandamento de amor. Segundo, subjugar toda lei a este mandamento (Rm 13,10). Terceiro, a interpretação universalista do amor ao próximo. Enfim, todas as palavras e obras de Jesus explicitam-se no amor a Deus e ao próximo. Amor antecipado por Deus (Mt 18,23-24; Lc 15,11-32) que leva a perdoar (Mt 5,23-24; 6,12; 18,23-35; Mc 11,25) e manifesta-se em obras concretas (Mt 25,31-46; Lc 10,30-37). A radicalização do amor por Jesus implica, por esta razão, na radicalização das atitudes correspondentes ao Reino (VIDAL, 1993).

Deste texto da comunidade mateana, pode-se realizar uma hermenêutica universalista e teocêntrica do amor cristão. Situado no contexto das chamadas antíteses (Mt 5,21-48), a perícopre referida é a sexta e última. Se antes havia oposição entre o “amor ao próximo” e o “ódio ao inimigo” (Lv 19,18), provavelmente ensinado em *Qumrã*, agora Jesus recomenda amar os inimigos (VIDAL, 1993). O conteúdo desta afirmação alcança todas as pessoas. Portanto, obediente à vontade de Deus que faz o sol nascer sobre maus e bons, os cristãos são chamados a configurar-se à imagem do Filho, ele que ensina a real imagem do Pai e pratica a justiça que supera a dos escribas e fariseus (Mt 5,20). Portanto, a orientação é universalista porque abrange a todos, inclusive o inimigo. Por outro lado, é teocêntrica porque acolhe a todos com misericórdia (VIDAL, 1993).

Em Jesus, o ser e o agir se identificam. “A proclamação do domínio de Deus, Jesus a uniu indissolivelmente com a sua pessoa” (BOCKLE, 1984, p. 195). Por isto, o modo privilegiado de conhecer Jesus é pela sua prática, ou seja, entrar pelo caminho de sua vida, configurando-se a ele. A experiência com Cristo possibilita a abertura de um novo horizonte de sentido para o cristão. Não visa regras, códigos de normas, proposições morais, mas abre a um sentido para o agir que é anterior a ele mesmo. Por isso, confrontar-se com a prática de Jesus implica em uma autocompreensão do sujeito moral (JUNGES, 2001).

A categoria do seguimento expressa teológica e eticamente a realidade existencial do cristão. Trata-se do elo que estabelece a comunhão de vida e destino do cristão com seu Mestre. O seguimento é a experiência que possibilita vivenciar, em outros contextos, os valores éticos manifestos na prática de Jesus. Isto exige discernimento das novas interpelações do Espírito para efetivar a justiça do Reino (JUNGES, 2001).

Mesmo havendo um *ethos* específico, que marca a vida cristã e assim a experiência salvífica, é preciso dizer uma palavra sobre a realidade secular, especialmente quando se reflete a partir da América Latina. O interesse aqui nasce do cuidado de denunciar o risco de uma compreensão dualista entre histórica factual (secular) e salvífica.

Não basta, portanto, compreender e assimilar que o teologal está se dando na vida cristã se daí se incorre em tirar normas e princípios para a vida secular. A salvação realizada em Jesus acontece pela radicalização do humano na entrega de si no mistério do Pai até as últimas consequências. Se apenas aqueles que aderem a ele se chamam cristãos, isso não implica em um reducionismo da doação do Espírito ao humano, aos que *de per se* declarem-se cristãos. O critério fundamental está ofertado como chamado à comunhão no amor, que o humano, pela imagem e semelhança de Deus, revela.

Se pela semântica caridade se expressa a cosmovisão cristã, pela justiça acentua-se o caráter intra-histórico da salvação cristã se dando na realidade secular. A diferenciação terminológica não pode ofuscar a existência de uma única história-salvífica, atraída para Deus, na comunhão, desde a criação. A justiça é assim a “mediação ética totalizadora do dinamismo da caridade” (VIDAL, 1993, p. 550). Assim,

O amor cristão ao próximo e a justiça não podem separar-se. Porque o amor implica exigência absoluta de justiça, isto é, o reconhecimento da dignidade e dos direitos do próximo. A justiça, por sua vez, alcança sua plenitude interior somente no amor. Sendo cada homem realmente imagem de Deus invisível e irmão de Cristo, o cristão encontra Deus em cada homem e ainda encontra a exigência absoluta de justiça e de amor que é própria de Deus (VIDAL, 1993, p. 549).

O amor-justiça cristão chega a toda criação. Na ação de Jesus, porém, fica evidente a inversão escatológica por ele operada. Quem se julgava o primeiro, o maior, tivera que aprender com o Mestre a servir. O seguimento de Jesus se caracterizou pela atenção aos pobres, aos pequeninos do Reino. Por isso, embora o amor de Deus seja universal, os abandonados são privilegiados. Por eles, que estavam esquecidos, os cristãos são chamados a fazer a epiquéia da lei da igualdade.

Seguir Jesus implica em deixar-se interpelar pela forma de Deus-amor. Significa acolher a autocomunicação de Deus na pessoa do outro, ou seja, fazer a experiência de acolhimento do dom absoluto do Amor que se esvazia (*kénosis*) para elevar, desde sua raiz, a humanidade a Deus. Este encontro de despojamento se dá de forma privilegiada no



pobre, aquele que só tem Deus por eles. “O povo que jazia nas trevas viu uma grande luz; aos que jaziam na região sombria da morte surgiu uma luz” (Mt 4,16).

MÉTODO INDUTIVO

A teologia, por longo tempo, teve como preferência metodológica o método dedutivo. Justificava sua opção a crença em valores imutáveis e perenes. A sensibilidade moderna despertou na experiência cristã a inversão de prioridades. Não querendo negar a importância do método dedutivo e do que ele resguarda, aqui se dará preferência ao indutivo. Este caminho se justifica pela visão histórica mais positiva, que reconhece a autonomia das realidades terrestres, e mais, como caminho de salvação. Justifica-se ainda pela redescoberta hermenêutica das fontes pelo Vaticano II. E também porque o pobre não pode ser objeto de um discurso universalista.

O método indutivo é uma exigência da ética teologal como ato primeiro da fé cristã. Por ele é possível valorizar a fé como acontecimento e julgar criticamente as formulações pretensiosamente universalistas. Assim, as dimensões objetivas e subjetivas da fé são contempladas no processo. Esta segunda recebe maior destaque porque o cristianismo é uma Pessoa, não verdades formuladas em conceito. Este só é verdadeiro se tiver valor simbólico, remetendo ao verdadeiro conteúdo da fé que é a experiência salvífica em Jesus Cristo.

A ética cristã se caracteriza pelo seguimento de Jesus Cristo. Em outras palavras, a vida segundo o Espírito de Cristo. Por essa razão, o método indutivo configura melhor a experiência cristã, pois nele, antes de elaborar um discurso, chega-se à práxis. Parte-se do princípio do “existencial sobrenatural” de Rahner, segundo o qual nas pessoas estão dadas as condições de possibilidade do relacionamento com Deus. A experiência antropológica, neste sentido, já é reveladora de Deus porque, nela e por meio dela, Cristo está se doando. Somente em um segundo momento se elaboraria um discurso.

A virada antropocêntrica ranheriana⁸ responde hermeneuticamente à compreensão da fé como acontecimento e aos anseios da modernidade. O que os discípulos tinham diante de si era uma pessoa. Eles conviveram com ela, aprendendo com base em muitos troços, a imagem do Pai. Neste sentido, o humano é ponto de partida da teologia.

⁸ Rahner formula o discurso teológico a partir da crítica moderna. A teologia, por ele, é considerada a partir da experiência subjetiva. Não é uma redução à antropologia, mas um ponto de partida da assimilação da revelação de Deus.

Relevância maior se dava à situação do pobre. Encontrado “desnudo” e desprotegido, não há espaço para ele em uma sociedade e, às vezes, na Igreja que normatiza suas ações para “os bem-vestidos”. Só com a sensibilidade de Jesus é possível ler o amor de Deus no rosto de cada pessoa e de cada oferta criacional diante de si.

Por fim, uma palavra à sensibilidade pós-moderna. A proposta priorizada, que passa pelo método indutivo, é crítica das grandes narrativas, assim como a pós-modernidade. O encontro pessoa-pessoa configura pequenos relatos, *ethos*. A inter-relação entre eles estabelece uma relação em rede. Dessa forma, constrói-se, das pequenas experiências, a universalidade da fé cristã crível às pessoas dos tempos hodiernos.

CONCLUSÃO

Muito comumente se pensa a ética como uma série de definições normativas. Reduz-se assim toda a riqueza desta ciência a um de seus aspectos. No âmbito cristão, a ética é antes de tudo anômica. Jesus se coloca na contramão da normatividade instituída de seu tempo. Não, porém, contra a norma, mas somente contra aquela que impede a vida de ser mais.

Teriam os cristãos razão para pensar uma ética dispare do movimento provocado por Jesus? Seria a distância histórica entre o Jesus terrestre e a vida dos cristãos, atualmente, motivo de elaborar uma hermenêutica que partisse da normatividade? Questões como estas são causa de uma antropologia idealista e do método dedutivo.

A normatividade emerge da necessidade de regular a experiência geradora dos *ethos*. Instala-se assim a primeira via da hermenêutica entre experiência e norma. O problema coloca-se para a segunda via, ou seja, quando da norma se precisa retomar a experiência originária, ressignificando-a conforme os novos desafios.

A primeira via da hermenêutica parece já bem assimilada na experiência dos cristãos. A dificuldade é e será sempre a segunda. Esta estará sempre sobre tensão, pois ela coloca a difícil relação entre instituição e carisma. Ela exige audácia para discernir com coragem as interpelações do Espírito. E mais, pede que se coloque em evidência a epiqueia e a equidade.



O fato de não se ter encontrado meios sábios de atuar com as duas vias da hermenêutica tem levado a priorizar a antropologia idealista. Esta, de caráter abstrato, vem a calhar com a morosidade na recepção da experiência fecundante da norma. Por sua vez, é tipicamente preferida pelas instituições que, em sua constituição, asseguram o aspecto da permanência. Da antropologia idealista, como é dito aqui, somente o método dedutivo torna-se possível. Nisto é preciso elogiar a coerência.

Não obstante o desafio que se lança, faz-se necessária uma retomada da relação de intriga⁹ entre fato cristão e fato moral. A reflexão da ética sobre a implicação da experiência na norma e vice-versa corre o risco de tornar-se infecunda. Conforme foi expresso, o fato cristão está se dando no fato humano que, pela configuração com Cristo, fecunda o fato ético. Há, nesse sentido, um único fato, humano-ético-cristão, distinguido didaticamente. Se distinguido, e não separado, a assimilação desse único fato abrirá novos horizontes aos desafios dos “sinais dos tempos”.

No intuito de tratar da ética teologal como ato primeiro da fé cristã, será preciso uma hermenêutica para os dias hodiernos da confissão de fé querigmática que relacione experiência e normatividade. O desafio está lançado. “Tende confiança. Sou eu. Não tenhais medo” (Mc 6,50b).

ABSTRACT

The discourse of this work bases its Ethics on Christian fact. The Theological Ethics in question are thus articulated from the point of view of the figure of Christ on the face of the neighbor. This reflection expresses the primacy of Christian Ethics based on Christian revelation with regard to abstract non-contextualized Theological Ethics and its method of applying truth.

Keywords: Theological ethics. The Christ event. Occurrence. Follow. Práxis.

REFERÊNCIAS

BÍBLIA. Português. **A Bíblia de Jerusalém**. 9^a ed. rev. São Paulo: Paulus, 1985.

BOCKLE, Franz. **Moral Fundamental**. São Paulo: Loyola, 1984.

⁹ Aproximação dos fatos de modo que um se diz ao outro sem que eles se percam ou se confundam no processo. Propicia-se, dessa forma, um mútuo enriquecimento sem que um seja a negação do outro.

CNBB. **A Teologia Moral em meio a evoluções históricas**. São Paulo: Paulinas, 1992.

FLECHA, Andrés J. R. **Teologia Moral Fundamental**. 3. ed. Madrid, 1999. BAC.

JUNGES, José Roque. **Evento Cristo e ação humana**. Temas fundamentais da ética teológica. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

LIBANIO, João Batista. **Eu creio, nós cremos**. Tratado da fé. São Paulo: Loyola, 2000.

MOSER, Antônio; BERNARDINO, Leers. **Teologia Moral: impasses e alternativas**. Petrópolis: Vozes, 1987.

REJÓN, Francisco Moreno. **Teologia Moral a partir dos pobres**. A moral na reflexão teológica da América Latina. São Paulo: Santuário, 1987.

VATICANO II. **Constituições, Decretos e Declarações**, 29 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

VIDAL, Marciano. **Nova moral fundamental: o lar teológico da ética**. Aparecida: Santuário/ São Paulo: Paulinas, 2003.

_____. **Para Conhecer a ética cristã**. São Paulo: Paulinas, 1993.